



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003057-04.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Arresto - Liminar**
 Requerente: **Claudia Regina Pedrino Migliato**
 Requerido: **Gustavo Henrique Delgado Domingues e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

CLAUDIA REGINA PEDRINO MIGLIATO ingressou com a presente ação cautelar de arresto com pedido liminar contra **GUSTAVO HENRIQUE DELGADO DOMINGUES e NATHALIA DELGADO DOMINGUES** alegando, em síntese, que é credora dos requeridos e move contra eles ação de execução de título extrajudicial, e que esses últimos estão ocultando e alienando seus bens sem garantir o débito. Assim, requer a concessão do arresto dos bens indicados.

Concedida a liminar (fls. 31/32), o arresto foi cumprido e os requeridos citados (fls. 43/44 e 48), apresentando contestação (fls. 49/54), sustentando, em resumo, a falta do preenchimento da liminar concedida e a litigância de má-fé da requerente. Pediu a cassação da liminar concedida e condenação da requerente em litigância de má-fé.

Foi apresentado laudo pericial as fls. 353 e seguintes.

As fls. 428/429 foi requerida a autorização para a venda dos bens arrestados.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, na forma do artigo 355, I do CPC.

Concedo aos requeridos os benefícios da justiça gratuita.
Anote-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mais, verifico que a requerente já ajuizou ação de execução de título executivo extrajudicial buscando o recebimento da quantia de R\$ 859.224,60.

O *periculum in mora* restou evidente diante dos documentos juntados aos autos pelos próprios requeridos com a petição na qual requereram a concessão dos benefícios da justiça gratuita (fls. 437 e seguintes).

Feitas essas considerações, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão deduzida na inicial, o que faço para confirmar a decisão liminar de fl. 31.

Por força da sucumbência responderão os requeridos pelo pagamento das custas, despesas processuais e os honorários advocatícios da parte contrária, que fixo, equitativamente, em R\$ 1.000,00, na forma do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC, guardados, todavia, os limites do art. 98, do CPC.

Por não estarem os bens arrestados sujeitos ao perecimento, indefiro, por ora, o pedido de alienação.

P.I.

São Carlos, 04 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**